POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

SÃO JOÃO Onze municípios ainda não enviaram dados dos gastos com festas

www.atarde.com.br/politica

AÇÃO Senador revelou estratégia em entrevista à rádio A TARDE FM

IOF: Wagner reúne líderes da base para alinhar o discurso

FLÁVIA REQUIÃO

Em meio a repercussões negativas de banqueiros e parte do mercado financeiro ante a proposta de aumento do Imposto de Operações Financeiras (IOF), o senador Jaques Wagner (PT-BA) anunciou, na manhã de ontem, em entrevista ao programa Café das 7h, da rádio A TARDE FM, que terá um encontro com os líderes da base governista na Câmara dos Deputados e no Senado, amanhã, para tratar do assunto.

Wagner também descartou que o impasse esteja desgastando a imagem do governo Lula, argumentando que o tema não tem impacto direto sobre a população em geral.

"O IOF não bate na pessoa comum, na verdade quem grita muito é quem tem acesso e é quem tem grana. Então a moçada de muita grana, quando fala de mudar o IOF fica retado. Se for para uma pessoa que ganha até cinco salários mínimos, provavelmente ela não tem intimidade com esse termo, porque não é a praia dela. É para investidor financeiro. (...) Eu estou falando de gente bilionária", Jaques Wagner - senador e líder do governo no Senado.

O senador também defendeu a necessidade de um sistema tributário mais justo no Brasil, especialmente diante das profundas desigualdades sociais.

"Um país como o nosso, com tanta desigualdade, precisa de um sistema tributário que promova justiça fiscal. Hoje, temos um modelo injusto: o pobre, a pessoa com menor poder aquisitivo, paga o mesmo imposto que eu, que você e que empresários quando compra arroz, feijão, carne ou cerveja. Essa é a verdade, e isso é injusto", afirmou.

Na entrevista, o ex-governador da Bahia comentou sobre a avaliação do governo Lula e, entre os pontos destacados, apontou a fanatização na política. "Me preocupa muito."

"Primeiro, tem esse processo de fanatizar. Qualquer coisa, qualquer casca de ovo, a moçada bota na rede, impulsiona e sai castigando. Misturaram muito também religião com política, o que eu acho uma preocupação danada. O púlpito da igreja, muitas vezes, está virando um palanque político, e as pessoas fazendo propaganda política (...). Tivemos o problema da inflação, e isso prejudicou o presidente. (...) Muito problema climático, que gera inundação e seca. Então, você tem inflação e, aí, o resto é a leitura. Por mais que você faça coisa boa - e o governo Lula, sinceramente, tem uma fila de coisas boas feitas", explicou.

Wagner também destacou os esforços do presidente para reposicionar o Brasil no cenário internacional. "A gente tinha saído das grandes mesas de negociação internacionais e o Brasil hoje é peça obrigatória. Nós estamos comandando os Brics, o Mercosul, e a figura de Lula tem um destaque", disse.

Válido desde maio, o decreto do governo federal que elevou as alíquotas do IOF afetará as operações de câmbio, planos de previdência privada do tipo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e crédito para empresas. As alterações não afetam pessoas físicas, transações via Pix ou modalidades já isentas.

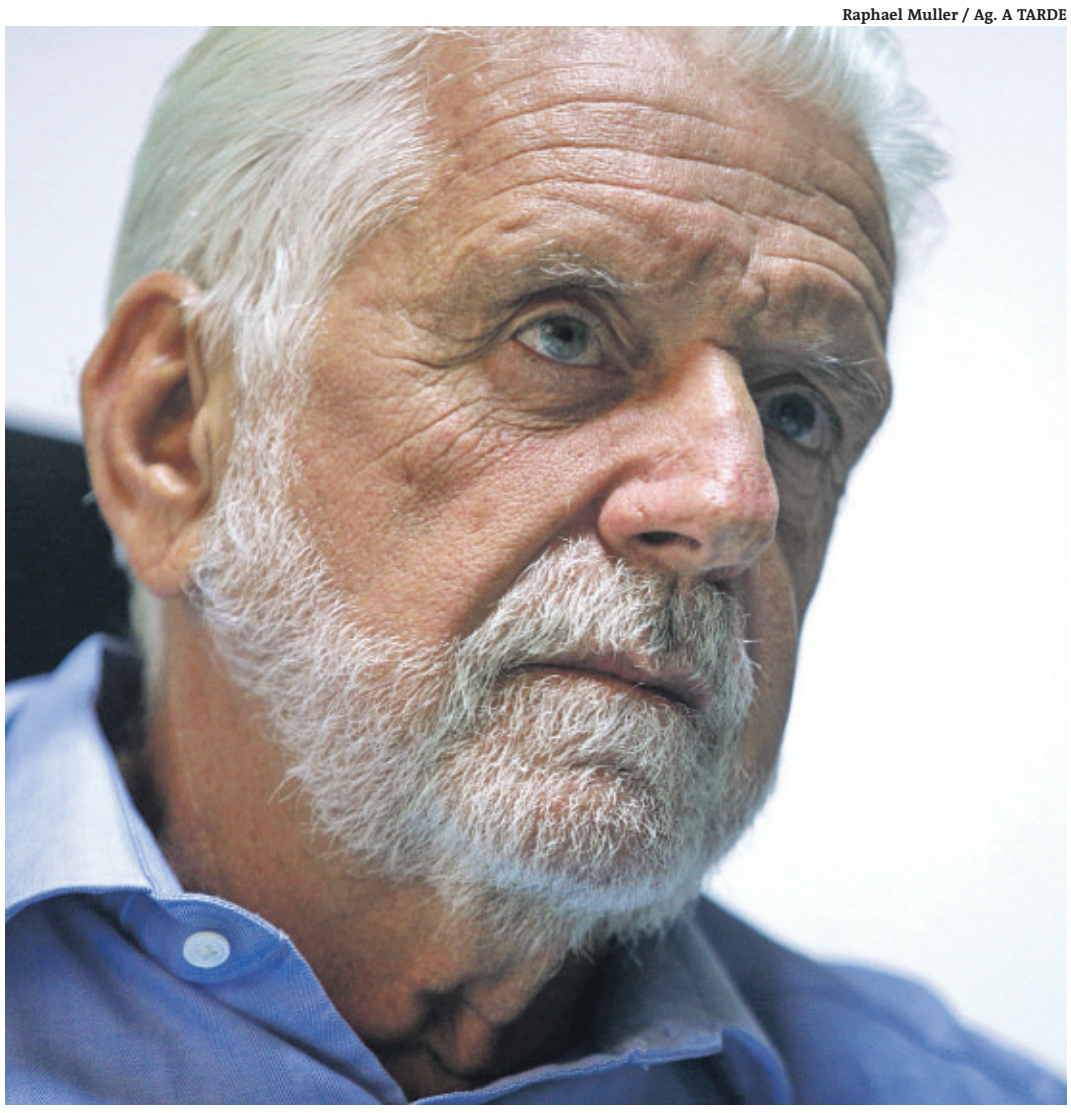
A iniciativa surge diante das dificuldades do Executivo para promover cortes no orçamento devido a pressões de agentes econômicos.

CONFIRA A ÍNTEGRA DA MATÉRIA NO PORTAL A TARDE

SEM PLANO B PARA 2026: "LULA REELEITO"

Em relação às eleições de 2026, o senador negou que haja um "plano B" no governo para substituir Lula e afirmou que não trabalham com essa possibilidade.

Raphael Muller / Ag. A TARDE



Senador Jaques Wagner analisou cenário e minimizou desgastes do governo

Senador defende redução de siglas e que PT tenha fusão definitiva

ANDERSON RAMOS

Enquanto alguns quadros do PT, como o presidente interino Humberto Costa, sugerem o fim da Federação Brasil da Esperança - formado com o PCdoB e PV - o líder do governo Lula no Senado, Jaques Wagner, não apenas defende, como projeta uma fusão, que unificaria em definitivo os três partidos.

"Na nossa federação, se chegar um dia que a gente amadurecer e a gente puder fundir para um partido único, seria melhor. Dentro do PT todo mundo sabe que existem tendências, mas eu não tenho uma. O PT já me basta, não tenho grupos. Eu acho mais produtivo você ter um partido que você tenha dois ou três pensamentos políticos do que ter 3, 4 ou 5 partidos", opinou ontem o senador em entrevista exclusiva ao A TARDE.

Na avaliação do ex-governador da Bahia, o Brasil precisa urgentemente diminuir a quantidade de legendas, e as fusões e federações podem ser as ferramentas para se chegar a esse objetivo.

"O Brasil hoje tem um mundo de partidos que fica até difícil para a população entender. Eu acho esses números totalmente fora da realidade. O pessoal cria números para ser seu patrimônio político e não para ser difusor de ideias. Na minha opinião, a gente deveria ir para um campo de 6,7 ou 8 partidos, que já era uma coisa mais que razoável", afirmou o senador.

CONFIRA A ÍNTEGRA DA MATÉRIA NO PORTAL A TARDE

RECONHECIMENTO

Jorge Khoury recebe título de cidadão na Câmara de Feira

DA REDAÇÃO

O superintendente do Sebrae Bahia, Jorge Khoury, foi homenageado durante sessão solene ocorrida na noite da última quinta-feira, na Câmara Municipal de Feira de Santana.

O evento reuniu dirigentes e lideranças do Sebrae, além de autoridades locais, para celebrar a trajetória pública de Khoury e suas contribuições ao desenvolvimento da Bahia.

"Recebo com imensa honra e gratidão o título de Cidadão Feirense. Feira de Santana é uma cidade de grande relevância econômica para a Bahia, onde o Sebrae tem também uma atuação expressiva. Nossa missão é apoiar o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, e aqui temos fortalecido parcerias, capacitado empreendedores e promovido a inovação junto às micro e pequenas empresas", pontuou Khoury.

"Essa homenagem me emociona e, ao mesmo tempo, reforça meu compromisso pessoal e institucional com o progresso de Feira de Santana e com o empreendedorismo baiano", celebrou o superintendente.

Jorge Khoury é engenheiro civil com ampla experiência na gestão pública, ex-prefeito de Juazeiro, ex-presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e exerceu o mandato de deputado federal por cinco vezes.

Ele também ocupou os cargos de secretário estadual de Indústria, Comércio e Mineração e comandou a pasta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Desde 2017, Jorge Khoury está à frente do Sebrae Bahia.

Superintendente do Sebrae Bahia recebeu a homenagem por contribuir com o estado

Marcus Maia (ML Comunicação - Sebrae) / Divulgação

Superintendente do Sebrae Bahia teve esforços reconhecidos

FISCALIZAÇÃO

Ex-prefeita vai ressarcir cofres públicos após omitir documentos

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios considerou irregular a prestação de contas de recursos repassados ????pela Prefeitura de Jequié, na gestão de 2012 a 2016, da ex-prefeita, Tânia Britto, ao Centro de Educacional Especializado de Jequié – CEEJE, que teve como responsável, à época dos fatos, Karine Stephani Duarte.

A ex-prefeita foi multada em R$ 5 mil reais. Tanto Tânia, quanto Karine, serão obrigadas a ressarcir os cofres municipais, na quantia de R$ 585.097,40, em razão da ausência de comprovação das despesas.

A parceria, que foi firmada no exercício de 2014, tinha o objetivo de prestação de serviço de assistência social para crianças, adolescentes e adultos com deficiência, em situação de risco e em condição de vulnerabilidade social.

Sendo assim, a Prefeitura Municipal de Jequié repassou à entidade recursos na ordem de R$ 1.158.984,00, sendo o valor de R$ 573.887,24 provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS (recursos federais de competência do Tribunal de Contas da União - TCU) e R$ 585.097,40 de recursos próprios do município.

A relatoria do TCM concluiu pela irregularidade do repasse, uma vez que a omissão de documentos essenciais por parte do gestor impediu a Corte de verificar a legalidade na aplicação desses recursos. A decisão cabe recurso.

Tânia Britto, ex-gestora de Jequié, ainda foi multada em R$ 5 mil pelo TCM

PLANEJAMENTO

Revisão do PDDU de Salvador se aproxima de um ano de atraso

LULA BONFIM

O ex-prefeito ACM Neto (União Brasil) sancionou, no dia 30 de junho de 2016, a Lei Municipal nº 9.069, responsável por estabelecer o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador. Passados quase nove anos da sanção, observa-se que pelo menos um artigo da norma não está sendo cumprido pela prefeitura da cidade.

De acordo com a legislação, o prefeito Bruno Reis (União) teria até o dia 30 de junho de 2024 para enviar aos vereadores de Salvador um projeto de revisão do PDDU da cidade. Porém, a data se aproxima de completar um ano no final deste mês, sem que a prefeitura tenha encaminhado a proposta.

Recentemente, ao ser questionado sobre o atraso na revisão do PDDU, o prefeito se irritou e lembrou que o Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional em 2001, dá um prazo maior, de 10 anos.

"Não tem obrigação nenhuma. A lei orgânica fala em oito anos. O Estatuto da Cidade, que regulamenta especificamente as questões urbanísticas, fala em dez anos", comentou Bruno Reis em abril.

O Estatuto da Cidade, porém, cria um prazo máximo, mas não impede que leis municipais criem prazos menores.

Consultado pelo A TARDE, o advogado Neomar Filho, especialista em Direito Constitucional, afirmou que não há motivos para entender que o Estatuto da Cidade anula a determinação constante na lei municipal. "O PDDU tem origem em uma lei municipal, que teve o processo legislativo observado, foi aprovada pela Câmara e até o presente momento não se tem notícias de que foi declarada inconstitucional. Então, essa lei está válida, em perfeito estado jurídico", apontou Neomar.

CONFIRA A ÍNTEGRA DA MATÉRIA NO PORTAL A TARDE